

EDITAL
PREGAO PRESENCIAL
PROCESSO 066.2013
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO PARA ATENDIMENTO DO OBJETO DESTES CERTAME, NA FORMA ABAIXO EXPRESSA.

A **PMT - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, pessoa de direito público inscrita no CNPJ sob n.º 07.705.817/0001-04, situada a ROD CE 057 - Vila Olga, por intermédio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria n.º .299-A/2013, torna público para conhecimento dos interessados que no dia e hora e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, sendo observadas as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições contidas na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, e pela regulamentação dada pelo Decreto Federal n.º 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos Federais n.º 3.693, de 20/12/2000, e n.º 3.784, de 06/04/2001, bem como pela Lei n.º 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, subsidiariamente.

O Edital poderá ser adquirido na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Sede PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL, a ROD CE 057 - Vila Olga – Tamboril – Ceará, nos seguintes horários: das 8:00 às 12:00 horas, a partir do dia 05/09/2013.

Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da sessão pública na data determinada acima, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

Constituem parte integrante deste Edital, independente de transcrição os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MINUTA DE PROPOSTA;

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO;

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO VII, ART. 4º DA LEI Nº 10.520/02.

ANEXO V – MODELO DE DECLARACAO DE CREDENCIAMENTO

HORA, DATA E LOCAL:

O documento de credenciamento, a declaração do pleno cumprimento das exigências de habilitação, a proposta de preços (envelope 1) e a documentação de habilitação (envelope 2) deverão ser entregues à equipe de apoio do Pregoeiro em sessão pública na sala de Reunião da Comissão de Licitação situada na sede do Paco Municipal, conforme abaixo:

Às 14:00h

Do dia 18.09.2013

No endereço: ROD CE 057 - Vila Olga – Tamboril - Ce;

1.0 DO OBJETO E DA EXECUCAO

1.1. O presente pregão tem por Objeto a aquisição dos produtos especificados e quantificados nos lotes discriminados no Termo de Referência (Anexo I), destinados atender as necessidades da Secretaria de Educação, observadas as condições constantes neste Edital e seus respectivos anexos.

1.2 – Os produtos a serem fornecidos, de acordo com as especificações e quantificações contidas no Termo de Referência, deverão ser sempre de boa qualidade, segundo os padrões definidos pelos órgãos de controle de qualidade e padronização, no que couber, considerando-se também as disposições da Lei no 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.3 – O fornecimento dos produtos especificados no T.R dar-se-á durante a vigência do Contrato a ser firmado com o vencedor, de forma parcelada, mediante solicitação formal através de Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho emitida pela Secretaria de Educação, e, os mesmos deverão ser entregues parceladamente à Contratante, nas quantidades e forma por ela requisitada e determinada, cujo fornecimento efetivar-se-á em condições próprias e adequadas para utilização.

1.4 – A contar do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, a Contratada deverá entregar os materiais solicitados, no prazo de 05 (cinco) dias, considerando-se as informações dos locais, dias e horários para recebimento dos mesmos pela Contratante.

1.5 – Os materiais fornecidos deverão ser entregue em embalagem adequada para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde a origem até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes por rodovias pavimentadas e não pavimentadas e/ou marítima ou aérea, devendo consignar, obrigatoriamente, a suas validades a partir desse fornecimento.

2.0-DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1- Restrições de participação.

2.1.1- Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas neste Município, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

2.1.2 -Não poderão participar da presente licitação as interessadas que: se encontrem em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação; tenham tido decretado a sua falência; esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Tamboril ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, em nível Federal, Estadual ou Municipal, bem como interessadas que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio e estrangeiras que não funcionem no país;

2.1.3 -Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público Municipal.

2.1.4 - É vedada a participação em consórcio, a sub-contratação parcial ou total para a execução do objeto desta licitação;

2.2- Das condições de participações.

2.2.1- Poderá participar do presente certame licitatório exclusivamente licitantes que gozem do direito que lhe são facultado no art.47 c/c inciso I do art. 48 da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, e, devidamente habilitada para a execução do objeto desta licitação, legitimamente interessadas que atenderem a todas às

exigências legais, inclusive quanto à documentação, exigidas neste Edital e seus Anexos.

2.2.2 - Os Documentos de Habilitação e as Propostas de Preços deverão ser apresentados por preposto da LICITANTE com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular com firma reconhecida. A não apresentação não implicará em inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da LICITANTE, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprovem tal condição através de documento legal;

2.2.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma LICITANTE na sessão pública deste Pregão, sob pena de exclusão sumária das LICITANTES representadas.

2.2.4 - Poderão participar as empresas interessadas que estiverem cadastradas e habilitadas junto ao Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Tamboril, estando as mesmas dispensadas de apresentar os documentos que se encontram disponíveis e regulares no citado Sistema, assegurando-se, no entanto, a já cadastrada, o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão do Pregão, principalmente e obrigatoriamente, com relação aos documentos de que trata a habilitação fiscal (situação regular perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal; a Seguridade Social – INSS e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS), prevista no inciso IV, do mesmo artigo.

2.2.5 - A empresa participante, deverá apresentar 02 (duas) amostras referente a cada produto objeto deste Edital, nas especificações exigidas no anexo I (Termo de Referencia), em até 03 (três) dias úteis anteriores a data da abertura do certame, no horário de 08:00 as 12:00 horas, para análise no setor de alimentação escolar, não sendo devolvidas aos licitantes após a conclusão deste certame licitatório.

2.2.6 - Para os itens 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, nas especificações exigidas no anexo I (Termo de Referencia) as amostras deverão vir acompanhadas de Ficha Técnica e Laudo de análise físico-químico e microbiológico dos produtos expedidos no ano de 2013, bem como carta de co-responsabilidade do fabricante, para análise e aprovação no setor de alimentação escolar.

2.2.7 – O laudo da análise das amostra devera ser apresentado pelo Centro de Nutrição na sessão, no ato de abertura dos envelopes de proposta.

3 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 -Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2 -As impugnações deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, por escrito, firmadas por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato de convocação nesta qualidade.

3.3 -As impugnações intempestivas não serão conhecidas.

3.4 -A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

3.5 -Caso seja acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, desde que a alteração, comprovadamente, implique na formulação das Propostas de Preços dos licitantes.

4 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 – Iniciada a sessão e, após a solicitação pelo Pregoeiro, os representantes das interessadas em participar do certame licitatório, deverão se apresentar para Credenciamento (Anexo V) junto à mesma, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos da legislação vigente, conforme segue:

4.1.1 -O documento de Credenciamento deve ser apresentado em separado dos envelopes que contém os Documentos de Habilitação e a Proposta de Preços dos licitantes.

4.1.2 -Documento oficial de identidade;

4.1.3 -Procuração por instrumento público de procuração ou instrumento particular, com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.1.4 -Caso seja representante de cooperativa, também deverá ser apresentada cópia da ata/assembleia de posse dos dirigentes;

4.1.5 -Caso o representante seja sócio da sociedade com poderes de representação ou titular de firma individual, documentos (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de sua eleição etc.) nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.2 -Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante.

4.3 -Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.4 -A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer dos documentos pertinentes ao Credenciamento do pretense representante, a critério do Pregoeiro; e, caso a mesma venha a ser classificada, impedirá a licitante de participar apenas da fase de lances, mantendo-se no entanto a sua Proposta de Preços para fins de julgamento.

4.5 -O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.6 -Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.7 – Transcorrido o exame dos documentos de Credenciamento dos licitantes e, após a manifestação sobre os mesmos pelo Pregoeiro, esta procederá à continuidade dos trabalhos, não sendo mais permitido a partir deste momento, o ingresso ou participação de novos licitantes na licitação.

5 -DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1 -Os interessados, no dia, hora e local, fixados no preâmbulo deste Edital, para a realização desta licitação, deverão entregar os seus envelopes contendo a Proposta de Preços (Envelope A) e os Documentos de Habilitação (Envelope B) devidamente fechados, lacrados e rubricados no seu fecho, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

5.2 -A ausência ou incorreções dos dizeres citados acima, na parte externa dos envelopes, não constituirá motivo para desclassificação do licitante que poderá inserir as informações faltantes e/ou retificá-las.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 -Após a apresentação dos Documentos de Credenciamento e a devida apreciação e manifestação quanto a legitimidade dos mesmos pelo Pregoeiro, este solicitará de cada licitante que, deverá apresentar, simultaneamente, a sua Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação, em envelopes separados, fechados (colado ou lacrado), contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres mencionados no item 5.1, desta licitação.

6.2 -Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados:

a) ou no original; b) ou por cópia com autenticação procedida por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio, conforme item 6.2.2 deste Edital; ou pela juntada da(s) folha(s) de órgão da imprensa oficial onde tenha(m) sido publicado(s).

6.2.1 -Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

6.2.2 -A autenticação, quando feita pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio, será efetuado, em horário de expediente, na sala da Comissão Permanente de Licitação, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas, até o dia útil imediatamente anterior à data fixada para a realização do Pregão.

6.2.2.1 – Nesses casos, a cópia documental constará dos seguintes registros:

-Confere com o original.

-(Município),.../.../ 2013.

-Assinatura do servidor responsável.

6.2.3 -O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o Objeto da presente licitação.

6.3 -Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

6.4 -Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.5 -Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do licitante.

6.6 -Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

6.7 -Havendo dúvida quanto à procedência e autenticidade documental, o Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, o documento original, para cotejo com aquele que foi apresentado.

6.8 – Deverão ser obrigatoriamente cotados preços unitários todos os itens integrantes de cada lote de interesse da licitante, sob pena de desclassificação do correspondente lote de sua Proposta de Preços, embora o julgamento seja processado pelo menor preço.

7.0 - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os Documentos de Habilitação em 1 (uma) via, deverão ser entregues, contidos em invólucro opaco e fechado com cola e/ou de forma tal que torne detectável qualquer intento de violação de seu conteúdo, estes trazendo na face o seguinte sobrescrito, conforme abaixo:

À PMT - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PREGAO PRESENCIAL Nº 066.2013
ENVELOPE “B” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
NOME DO PROPONENTE

7.2 - DA HABILITAÇÃO

7.2.1 – Para habilitação nesta licitação será exigida a seguinte documentação:

7.2.1.1 - Para fins de habilitação, a empresa licitante deverá apresentar, na sessão do pregão, os Documentos de Habilitação (Envelope B), consoante disposição contida no item 5.1 deste Edital e, que estão abaixo relacionados.

7.2.1.2 - Documentos Relativos à Habilitação Jurídica, cujo Objeto social deverá ser compatível com o Objeto licitado, consistirá em:

7.2.1.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da data da assembléia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

7.2.1.2.3 - Alvará de Funcionamento.

7.2.1.2.4 - Certidão simplificada da Junta Comercial, comprovando o registro da empresa indicando o objetivo, endereço, composição da firma e o seu Capital Social Integralizado.

7.2.1.3 Documentos Relativos à Regularidade Fiscal:

7.2.1.3.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

7.2.1.3.2 - Prova de Inscrição no Cadastro da SEFAZ;

7.2.1.3.3- Certidão negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS,

7.2.1.3.4 Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o FGTS,

7.2.1.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio do licitante, e sede do certame.

7.2.1.3.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

7.2.1.4 Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

7.2.1.4.1 - Declaração de adimplência com este Município referente emitida pela Secretaria de Educação.

7.2.1.4.2 Atestado (s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a LICITANTE forneceu materiais compatíveis com o objeto da

licitação, acompanhado da nota fiscal e contrato, bem como, atestado de adimplência expedido pela mencionada repartição, com firma reconhecida.

7.2.1.4.3 - Alvará de Autorização Sanitária, emitido pelo órgão competente responsável, estando o mesmo em vigor na data de abertura desta Licitação.

7.2.1.5 Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

7.2.1.5.1- Tratando-se de Sociedade Anônima, publicação em Diário Oficial ou jornal de grande circulação ou cópia autenticada do Balanço Fiscal correspondente ao último exercício social encerrado devidamente registrado na Junta Comercial da sede do licitante, com as respectivas demonstrações de Conta de Resultados. Os demais tipos societários deverão apresentar cópias autenticadas do Balanço Patrimonial, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do licitante, reservando-se à Comissão o direito de exigir a apresentação do Livro Diário para verificação dos valores, assinados por contador habilitado;

7.2.1.5.2 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da pessoa jurídica.

7.2.1.5.3 – Certidão negativa de débitos referente a Protestos de Títulos/Duplicatas e/ou documentos afins expedida pelos Cartórios de Ofícios da sede da Licitante para os fins de que trata esta CND, acompanhado de certidão de distribuição da Comarca.

7.2.1.5.4 – Caso seja opinante do simples nacional nos termos da EC 123, apresentar documentos.

7.2.1.5.5 - A LICITANTE deverá fornecer a título de informação, número de telefone, fax, e pessoa de contato, preferencialmente local. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.

7.6 – Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, nos termos do modelo abaixo:

DECLARAÇÃO

(nome da empresa)..., CNPJ n.º, sediada (endereço completo)..., declara, sob as penas da lei, que até esta data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação e contratação no processo licitatório de Pregão Presencial n.º 066.2013, promovido pela Secretaria de Educação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Localidade), de de

.....

(nome e n.º da CI do declarante)

7.7– Declaração, de inexistência em seu quadro de pessoal de menores, conforme modelo abaixo, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal:

DECLARAÇÃO

(nome da empresa), CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, constante do Decreto n.º 4.358/02, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Localidade), de de

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

7.8 - Os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados:

- a) Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, exceto para a garantia, quando houver, cujo documento comprobatório deverá ser exibido exclusivamente em original;
- b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão:

8.0 DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1- As Propostas de Preços, em 1 (uma) via, deverão ser entregues datilografados/digitados, contida em invólucro opaco e fechado com cola e/ou de forma tal que torne detectável qualquer intento de violação de seu conteúdo, estes trazendo na face o seguinte sobrescrito:

À PMT - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PREGAO PRESENCIAL N.º 066.2013
ENVELOPE "A" - PROPOSTA DE PREÇO
NOME DO PROPONENTE:

A Proposta de Preços deverá ser apresentada em observância as seguintes exigências:

8.2 -A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme modelo do Anexo II, em 01 (uma) via, datilografada ou editorada por computador, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou espaços em branco, redigida no idioma português, ressaltando-se expressões técnicas de uso corrente, com clareza, em papel timbrado da licitante, sendo numerada seqüencialmente, datada e assinada à última folha e rubricadas as demais, observando-se as recomendações enunciadas o item 5.1 deste Edital e, conter:

8.2.1 – Preço por item, unitário e total, bem como o valor global do lote, no qual o licitante concorre; para fornecimento dos materiais especificados no título 1.1 deste Edital, expresso em R\$ (Real), com centavos de no máximo duas decimais após a vírgula, em algarismos, e o valor global do lote e da Proposta de Preços em algarismos e por extenso, devendo estar incluso no preço, todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretas ou indiretas, não importando a natureza que recaiam sobre o fornecimento do Objeto desta licitação, na condição “CIF” Município de Tamboril - Ceara. A Proposta deverá conter ainda, dentre outros, que o Licitante achar pertinente, os seguintes elementos: especificação clara, completa e detalhada.

8.2.2 – Em razão dos princípios que revestem esta modalidade de licitação, dentre os quais o da celeridade; e, considerando-se que o julgamento das Propostas de Preços adotará o critério do “menor preço”, os licitantes não poderão apresentar preços, apenas para itens parciais que compõem os lotes e, que sejam de seus interesses. Faz-se obrigatório assim que, o(s) lote(s) de interesse do licitante, contenham preços (unitário e total) para todos os itens.

8.2.3 – Em razão das especificidades dos materiais a serem adquiridos; e, considerando-se os objetivos a que se destinam, para execução das atividades da Contratante, não será aceita a cotação parcial dos quantitativos especificados em cada item quantificados nos lotes e, relacionados no Termo de Referência (Anexo I). A cotação far-se-á para fornecimento na quantidade total de cada lote.

8.3- Procedência e demais referências que bem indiquem o objeto do certame;

8.4-O prazo de entrega do objeto contratual é o estabelecido no instrumento contratual, contados da data do instrumento contratual;

8.5-O preço deverá ser cotado em moeda nacional, em algarismos e por extenso, com a inclusão de todas as despesas, tais como: impostos, fretes, taxas, seguro e quaisquer outras que forem devidas. Ocorrendo divergências entre os valores, prevalecerão os escritos por extenso;

8.6 - Correrão por conta da PROPONENTE vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta;

8.7- O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua entrega;

8.8- Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas de Preços das PROPONENTES, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta;

8.9- É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir os princípios que regem o procedimento licitatório, conforme estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.10-Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros.

8.11 - O preço proposto por escrito, referente aos fornecimentos, será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Contudo, se a licitante for classificada na sessão do Pregão para ofertar lances verbais, poderá fazê-lo na forma e oportunidade previstas neste Edital.

8.12 – Quando for o caso, a licitante vencedora deverá no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da formalização e definição da proposta efetuada por lance na sessão do Pregão, entregar por escrito, nos mesmos moldes descritos no Anexo II,

Proposta Definitiva de Preços, sob pena de ser considerada desistente, convocando-se a segunda colocada, sem prejuízo das sanções estabelecidas deste Edital.

8.13 -A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data fixada para a sessão de abertura das propostas e dos documentos de habilitação. Se na proposta não constar o prazo de validade, subentende-se igual a 60 (sessenta) dias. Decorridos esse prazo, sem convocação para a assinatura do Contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

8.14 -Em circunstâncias excepcionais, antes do término do período original de validade das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar que os licitantes estendam o período de validade das propostas para um período específico adicional. Essa solicitação, bem como as respostas dos proponentes, serão feitas por escrito via fac-símile. O proponente poderá recusar a solicitação, resultando na desistência da participação do processo licitatório, sem que a ele sejam imputadas penalidades por tal ato.

8.15 -O critério de julgamento das propostas será, exclusivamente, pelo critério de menor preço.

8.16 -A proposta deverá conter ainda o número deste Pregão, razão social da licitante, o CNPJ, o endereço, CEP, telefone e/ou fax, responsável para contato, o banco, a agência e o número da conta corrente, para fins de pagamento, dos materiais requisitados.

8.17 - Serão desclassificadas as propostas que:

8.17.1 - Não atenderem às exigências deste Edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

8.17.2 - Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos insanáveis ou capazes de dificultar o julgamento;

8.17.3 - Impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

8.17.4 - Apresentarem preço excessivo ou manifestamente inexequível, quando comparado aos preços de mercado para consecução do Objeto desta licitação.

8.17.5 – Será considerada como manifestamente inexequível aquela que não possa demonstrar sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos que a compõem são coerentes com os de mercado.

8.17.6 - No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todos os licitantes para, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação.

9 -DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO

9.1 -No dia, hora e local, indicados no preâmbulo deste Edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas de preços e da documentação de habilitação, sendo recomendável a presença dos participantes 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para a sua abertura, e desenvolver-se -á conforme segue:

9.2 - Aberta à sessão, os interessados apresentarão inicialmente o Pregoeiro ou à sua equipe de apoio, os documentos de Credenciamentos de que trata o item 4, deste Edital e, após a manifestação pela mesma quanto à legitimidade dos mesmos, aquela solicitará dos licitantes interessados a declaração (VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação

conforme modelo do Anexo IV. Somente após o exame e pronunciamento pelo Pregoeiro dos documentos de Credenciamento, não mais serão admitidos novos proponentes, prosseguindo-se os trabalhos com recebimento da declaração em questão e dos envelopes contendo as propostas de preço e os documentos de habilitação dos interessados.

9.2.1 – Em sendo o caso, a declaração acima poderá ser providenciada e estará à disposição para assinatura dos licitantes por ocasião da abertura da sessão.

9.3 - Os documentos de Credenciamento passarão a compor o processo.

9.4 - Em seguida, serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços, ordenando-as em ordens crescentes de valores, procedendo-se a classificação das propostas até o limite de 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço. O Pregoeiro procederá à leitura, em voz alta, dos preços ofertados, identificando oportunamente a proposta de menor preço.

9.5 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

9.6 - Será verificada a conformidade de cada proposta do item anterior com os requisitos definidos no Edital. O não atendimento da proposta às especificações e às condições exigidas no Edital implicará na desclassificação da licitante.

9.7 - Não havendo, no mínimo, 3 (três) propostas válidas nos termos dos itens 9.4 e 9.5, serão selecionadas as 3 (três) melhores propostas, quaisquer que tenham sido os preços ofertados, além do licitante que ofertou o menor preço e, seus autores convidados a participar da fase seguinte.

9.8 - Aos proponentes proclamados conforme item anterior, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, excetuando-se aqueles casos previstos no item 4.4.

9.9 - A convocação para a oferta de lances, pelo Pregoeiro, terá como referencial os preços ofertados, iniciando-se com a licitante de maior preço e finalizando com a licitante do menor preço, devendo sempre o lance ofertado cobrir o de menor valor existente. O primeiro lance verbal da sessão deverá cobrir o valor da proposta escrita de menor preço. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o qual definirá a seqüência dos lances seguinte.

9.10 - Objetivando-se a celeridade do processo, o valor mínimo de um lance para o outro, poderá ser acordado antes do início dos lances entre as licitantes e o Pregoeiro.

9.11 - A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes considerar necessário o Pregoeiro. A licitante que não apresentar seu lance na forma indicada no subitem 9.8, quando convocada pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais e será mantido o último preço ofertado para efeito de ordenação das propostas.

9.12 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.

9.13 - O encerramento da fase competitiva dos lances ofertados, dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.14 - Declarada encerrada a etapa de lances e classificadas as ofertas na ordem crescente de preço, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito e, sendo o caso, poderá negociar diretamente com a licitante, para obtenção de outro preço melhor.

9.15 - Havendo empate na proposta escrita e não sendo ofertados lances, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão.

9.16 - Quando comparecer um único licitante ou houver uma única proposta válida, caberá o Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado, decidindo motivadamente sobre o mesmo.

9.17 - Considerada aceitável a proposta de menor preço e, obedecidas às exigências fixadas no Edital, o Pregoeiro verificará os documentos de habilitação da licitante em questão, passando para a análise da subsequente, observada a ordem de classificação, caso a primeira não atenda às exigências editalícias, até a apuração de proposta que corresponda ao exigido na licitação. É facultado o saneamento da documentação na própria sessão.

9.18 - Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante de menor preço será declarada vencedora.

9.19 - Nas situações previstas nos subitens 9.14, 9.15 e 9.17, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido um preço melhor.

9.20 - Ao final da sessão, conceder-se-á vistas e rubricas, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das empresas participantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor e nos envelopes de habilitação remanescentes.

9.21 - Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes dos licitantes.

9.22 - O Pregoeiro providenciará a devolução dos envelopes "documentos de habilitação" dos licitantes remanescentes, à exceção dos relativos aos 2º e 3º classificados na ordem crescente de preços, que ficarão retidos até assinatura do Contrato pelo licitante vencedor.

9.23 - No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9.24 - Caso eventualmente ocorra à abertura do Envelope B - Habilitação antes do Envelope A - Proposta de Preços, por falta de informação na parte externa dos envelopes, será aquele novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

9.25 - De conformidade com o parecer do Pregoeiro, não constituirá causa de inabilitação nem de desclassificação da proponente a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta e/ou documentação.

10 – DOS RECURSOS

10.1 - Ao final da sessão, após declaração do vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, fato este que será registrado em ata, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 - O recurso contra decisão do Pregoeiro e sua equipe de apoio terá efeito suspensivo.

10.3 -O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos autos insusceptíveis de aproveitamento.

10.4 -Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública.

10.5 -A falta de manifestação motivada do licitante ao final da sessão, importará a decadência de recurso e adjudicação do Objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.6 -Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no seguinte endereço: ROD CE 057 - Vila Olga- Município de Tamboril – Ceara.

10.7 -Dos atos e decisões relacionados com este pregão cabe ainda recurso, nos seguintes casos e prazos:

a) julgamento da (s) proposta (s), habilitação ou inabilitação.

b) anulação ou revogação do pregão.

c) aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Tamboril.

10.7.1 -Os recursos de que tratam as alíneas "b" e "c" acima, deverão ser interpostos no prazo de 03(três) dias úteis a contar da intimação do ato.

10.7.2 -A intimação dos atos referidos na alínea "b" do item 10.7 será feita mediante publicação na imprensa oficial;

10.8 -Os recursos interpostos fora do prazo, tempestivamente, e não motivados, não serão conhecidos

10.9 -Interposto o recurso de que tratam as alíneas "b" e "c", será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 03(três) dias úteis.

10.10 -Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do Objeto da licitação a licitante vencedora e, constatada a regularidade dos atos procedimentais, homologará o procedimento licitatório.

11.0 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

A – AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “B”

11.1. Compete exclusivamente ao Pregoeiro avaliar o mérito dos documentos e informações prestadas, bem como julgar a capacidade técnica de cada LICITANTE e a exequibilidade das propostas apresentadas;

11.2. A habilitação será julgada com base nos Documentos de Habilitação apresentados, observadas as exigências contidas neste Edital.

11.3. A Sociedade sujeita ao regime estabelecido pelo Art. 179 da Constituição Federal e Art. 27 da Lei Complementar 123 de 14.12.06, Estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte: “Não será exigido o Balanço Patrimonial para Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte optante pelo simples nacional, devendo a mesma apresentar comprovação de optante em substituição ao referido balanço, desde que comprovado seu enquadramento nos termos do credenciamento deste edital, para que possa gozar de tal direito”;

11.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo nos termos do art. 42 da Lei Complementar 123 de 14.12.06, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame;

b) A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou a revogação da licitação, ou item, conforme o caso.

B – AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE “A”

11.3- A presente licitação será julgada pelo critério, do menor preço, conforme inciso I, § 1º do art. 45 da Lei das Licitações;

11.4- Na proposta prevalecerão, em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, estes últimos;

11.5- Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas de Preços das PROPONENTES, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta;

11.6- Será declarada vencedora a proposta de menor preço unitário entre as LICITANTES classificadas.

11.7- Serão desclassificadas as propostas:

11.7.1- Que não atenderem as exigências deste Edital;

11.7.2- Que apresentarem preços unitários irrisórios, de valor zero, ou preços excessivos ou inexeqüíveis;

11.7.3- A proposta vencedora será a de menor preço, atendidos os critérios estabelecidos neste Edital;

11.7.5- No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo;

11.7.6 - Havendo igualdade entre 2 (duas) ou mais propostas, o certame será decidido por sorteio, resguardados os direitos das ME e EPP previstos no subitem 3.2.

11.7.7 - Caso a proposta classificada em 1.º (primeiro) lugar, não seja ME ou EPP, a Comissão procederá de acordo com os subitens a seguir:

11.7.8 -Fica assegurado, como critério de desempate o exercício do direito de preferência para as ME ou EPP.

11.7.9 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10 % (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, depois de ordenadas as propostas de preços em ordem crescente dos preços ofertados.

11.7.10 para efeito do disposto no subitem 11.7.8, ocorrendo empate, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será classificada em primeiro lugar e conseqüentemente declarada vencedora do certame;

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 11.7.8, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.7.11 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem

11.7.8, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar nova proposta de preços, que deverá ser registrada em ata.

11.7.12 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.9.13 - Ocorrendo a situação prevista no subitem 11.7.8, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preços após a solicitação da Comissão. Todos os atos deverão constar da ata dos trabalhos.

11.7.14 - – Atendidas às condições estabelecidas neste Edital, será considerado vencedor o licitante cuja proposta resultar no menor preço global.

11.7.15 – Verificada absoluta igualdade entre uma ou mais propostas e após obedecido o disposto no Parágrafo 2º do Art. 3º da Lei nº 8.666/93, a escolha do licitante vencedor será feita por sorteio em ato público, ao qual todos os proponentes classificados serão convidados.

12.0 DA ADJUDICAÇÃO

12.1-A adjudicação da presente licitação ao licitante vencedor será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida à ordem classificatória, depois de ultrapassado o prazo recursal.

13.0 DO CONTRATO

12.1- Será celebrado instrumento de Contrato, conforme minuta anexa ao presente Edital, que deverá ser assinado pelas partes no prazo de 05(cinco) dias úteis, a partir da data da convocação encaminhada à licitante vencedora do certame;

13.2- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o “Termo de Contrato” no prazo estabelecido no subitem anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeito às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores;

13.3-Considera-se como parte integrante do Contrato, os termos da proposta vencedora, seus anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório;

13.4- É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o “Termo de Contrato” no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.5 - A contratação far-se-á mediante a assinatura de Contrato Formal com o licitante adjudicado, no qual constará as especificações e os quantitativos totais dos materiais requisitados, consignando o prazo de vigência, de no máximo 04 (quatro) meses, período no qual a Contratada, mediante solicitação da Contratante, efetuará a entrega, parceladamente, dos materiais adquiridos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

13.6 -Na eventualidade de se verificar defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam o recebimento ou a utilização dos produtos nas finalidades administrativas institucionais, a Contratante, sustará os processos relativos a pagamentos em nome da Contratada, enquanto não forem sanadas as incorreções, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

13.7 – Para efeito da contagem de tempo com relação à garantia oferecida pelos fabricantes dos materiais contratados, será considerado a data de entrega, recebimento e aceite dos mesmos pela contratante, não sendo permitido e aceite, sob pena de rescisão contratual que, os materiais fornecidos estejam com menos de 80 % (oitenta por cento) de seus prazos de garantia vencidos, a ser considerado nesse momento do fornecimento.

13.8 – O faturamento para fins de pagamento, dar-se-á após o recebimento da Nota Fiscal expedida em nome da contratante, com as seguintes discriminações: quantidade, preço unitário, preço total e, fazendo-se acompanhar da Nota de Empenho ou cópia desta.

13.9 – O prazo para pagamento, após o recebimento e aceite da Nota Fiscal pela contratante, efetivar-se-á mediante Ordem Bancária e/ou Cheque Nominal em favor da Contratada, considerando-se também as disposições previstas na Lei nº 4.320/64.

13.10 - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstâncias que impeçam o pagamento da despesa, aquela será devolvida a Contratada, e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus a contratante.

14.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 - A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

14.2-Fiscalizar e acompanhar a entrega dos produtos objeto contratual;

14.3-Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos produtos objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

14.4-Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pela contratante, conforme o acordado.

15.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1-Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

15.2-Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.3-Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

15.4-Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

16.0 DA DURAÇÃO DO CONTRATO

16.1- O contrato terá um prazo de vigência a partir da sua assinatura com termino em 31 Dezembro de 2013, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

17.0. DOS PRAZOS

17.1. O prazo de entrega dos produtos objeto deste certame é o estabelecido no item 16.1, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações;

17.2. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos à Comissão de Licitação, até 05 (cinco) dias antes da data do término do prazo contratual, explicitadas as razões e devidamente fundamentadas;

17.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

18.0 DA FORMA DE PAGAMENTO

18.1- Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da Nota Fiscal do objeto e fatura correspondente. As faturas deverão ser aprovadas, obrigatoriamente, pela contratante, que atestará a entrega do objeto licitado;

18.2- Caso os materiais sejam aprovado pela contratante, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADA.

19.0 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

19.1- Qualquer reajuste somente poderá ocorrer nos termos dos Art. 2º e 3º da Lei nº 10.192/2001 (que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica) respeitando a recomposição de preços nos moldes que dispõe o inciso XIV do Art.40 e inciso II, letra “d” do Art. 65 da lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

20. DA ENTREGA DO OBJETO

20.1. A CONTRATADA obriga-se a entregar os produtos objeto desta licitação, na sede da contratante, nos prazos estabelecidos no item 12.1 deste Edital;

20.2. A CONTRATADA deverá entregar todos os produtos de acordo com as especificações estabelecidas no ANEXO II – MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS, obrigando-se a substituir aqueles não achados conformes pela CONTRATANTE, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação.

21.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas de:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante;

b.2) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na entrega dos produtos, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da contratante, em caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias;

b.4) O valor da multa referida nestas cláusulas serão descontadas “ex-officio” da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a contratante, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

22.0 DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 22.1- O contrato firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos art's. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;
- 22.2- Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

23.0 DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 23.1- A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

24.0 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 24.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 4º da Lei nº 10.520 e suas alterações;
- 24.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente;
- 24.3- Os recursos serão protocolados na contratante e encaminhados ao Pregoeiro.

25.0 DA FONTE DE RECURSOS

- 25.1 - Os recursos orçamentários necessários ao adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, Objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do exercício financeiro de 2013, sob dotação orçamentária: 0401.12.368.0331.2.030 e elemento de despesa: 33.90.30.00, que constarão do Contrato e da respectiva Nota de Empenho a ser expedida em favor da Contratada; e, aqueles referentes ao exercício seguinte serão alocados na correspondente lei orçamentária

26.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 26.1- A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas neste edital;
- 26.2- A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo e/ou no seu julgamento, ou revogada por conveniência da Administração, por decisão fundamentada, em que fique evidenciada a notória relevância de interesse do Município;
- 26.2 – É vedado ao servidor dos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal de Tamboril, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal de Tamboril, participar como licitante, direta ou indiretamente por si, por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação;
- 26.3 – A homologação da presente Licitação será feita pela contratante, conforme dispõe o artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93;

26.4 – O Pregoeiro poderá conceder tolerância de até 15 (quinze) minutos de atraso após a hora marcada para o início da licitação;

26.5- Os casos omissos deste Edital, serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente;

26.6 -Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos

documentos apresentados em qualquer fase da licitação, inclusive a preparação e apresentação das propostas.

26.7 -As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro Contrato.

26.8 -A homologação do resultado desta licitação em favor do licitante, não implicará em direito à contratação, mas, apenas uma expectativa de direito.

26.9 -É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior deste processo:

a) A promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do pregão, sendo vedada à inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta ou da habilitação.

b) Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos para fins de habilitação e/ou classificação dos proponentes em relação ao conteúdo de suas propostas, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação, notadamente explicitado no art. 3º, da No 8.666/93.

básicos da licitação, notadamente explicitado no art. 3º, da No 8.666/93.

c) Convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de seus documentos ou de suas propostas, em qualquer fase deste processo.

26.10 -Este Edital e seus anexos, bem como a Proposta de Preços da licitante vencedora, farão parte integrante do instrumento de Contrato, como se nele estivessem transcritos, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o ofertado em lance verbal, caso tenha ocorrido.

26.11 -Caso a licitante vencedora não apresente situação regular no ato da assinatura, ou venha recusar-se a celebrá-lo, injustificadamente, dentro do prazo estabelecido e na vigência de sua proposta, sujeitar-se-á às sanções cabíveis, reservando-se a contratante, através de seu Pregoeiro, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, renovar a licitação ou convocar os remanescentes.

26.12 -Na convocação dos remanescentes, serão observadas as classificações finais da sessão originária do pregão e o disposto nos itens 9.13 e 9.16, devendo o (s) convocado (s) apresentar(em) os documentos de habilitação cuja validade tenha se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.

26.13 -Somente será considerado habilitado o licitante que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da primeira sessão e que apresentar, na segunda sessão, os documentos que porventura estiverem vencidos.

26.14 -Os licitantes remanescentes convocados, se obrigam a atender a convocação e a assinar o Contrato respectivo, no prazo fixado no Edital, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação.

26.14 -Fica assegurado a contratante, o direito de, por razões de interesse público, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

26.15 -Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão, os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Tamboril.

26.16 -As reclamações referentes à Documentação e às Propostas deverão ser feitas no momento de suas respectivas aberturas, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer Licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

26.17 -Havendo indícios de conluio entre as Licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Administração comunicará os fatos verificados às autoridades competentes, para as providências devidas.

26.18 -É proibido a qualquer Licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos, artifícios, conduta pessoal perturbadora ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no art. 93, da Lei nº 8.666/93.

26.19 -O simples comparecimento à Licitação implica na afirmação do Licitante de que está de posse, conhece e examinou detalhadamente toda a documentação da presente licitação, que verificou e se inteirou de todos os elementos técnicos, e que ao formular sua Proposta de Preços, não encontrou discordância nos dados e condições fornecidas.

26.20 - A homologação do resultado desta licitação não obriga a Administração à contratação do Objeto licitado.

26.21 - O resultado final do Pregão será divulgado no Diário Oficial do Município de Tamboril e, qou no Jornal Oficial da publicação da licitação, facultada sua divulgação na Internet.

26.22 - Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro, na sede da contratante, localizado à ROD CE 057 – Vila Olga, no das 8:00 horas às 12:00 horas, ou pelos fones (88) 3617 – 1140 de segunda a sexta-feira.

26.22 -As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro do Município de Tamboril, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Tamboril – Ceara, 04 de Setembro de 2013.

Elizalto Furtado de Melo
Pregoeiro

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA
ANEXO

CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS PRODUTOS NÃO PERECIVEIS

1. Achocolatado em pó – Previsão máxima: 400 kg.

- a) Classificação / Características gerais: mistura de cacau em pó solúvel, açúcar refinado, leite em pó, extrato de malta e/ ou malto-dextrina, com no mínimo 7 vitaminas. Isento de soja e farinhas em sua formulação, deve ser preparado com ingredientes sãos e limpos de primeira qualidade. O produto a ser entregue não poderá ter validade inferior a 6 meses. Na entrega deverá ter data de fabricação mínima de 30 dias. Embalagens em pacotes de 500 g a 1 kg, em caixas ou fardos de 10 a 30 kg.
- b) Apresentar amostra

2. Açúcar tipo cristal – Previsão máxima: 400 kg.

- a) Classificação/ Características gerais: embalados em pacotes de 1 kg, em fardos de 10 a 30 kg, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitas e sujidades. Prazo mínimo de validade de 12 meses.
- b) Apresentar amostra

3. Biscoito doce tipo maria – Previsão máxima: 650 kg.

- a) Classificação/ Características gerais: embalados em pacotes de 400 g, acondicionados em 3 plásticos atóxicos internos.
- b) Apresentar amostra

4. Biscoito doce tipo rosquinha – Previsão máxima: 650 kg.

- a) Classificação/ Características gerais: produzido com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans e nos sabores leite, coco e chocolate. Embalados em pacotes de 400 g, de plástico atóxico.
- b) Apresentar amostra

5. Biscoito salgado tipo cream cracker – Previsão máxima: 1.200 kg.

- a) Classificação/ Características gerais: embalados em pacotes de 400 g, acondicionados em 3 plásticos atóxicos internos.
- b) Apresentar amostra

6. Leite em pó integral – Previsão máxima: 400 kg.

- a) Classificação/ Características gerais: leite em pó integral isento de contaminações, sujidades, corpos estranhos. Não será permitido embalagens danificadas. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente, com composição centesimal mínima: 25 g de proteína. Validade não superior a 6 meses. Embalado em pacotes de 200g a 1 kg, em fardos de 10 a 20 kg.
- b) Apresentar amostra

7. Mingau de baunilha – Previsão Máxima: 800 kg.

- a) Classificação/ Características gerais: Mingau de baunilha e flocos de cereais, com embalagem de sacos de poliéster laminado, hermeticamente fechados, contendo 1 kg de produto cada, acondicionados em caixas de papelão ondulado, com capacidade de 10 kg.
- b) Apresentar amostra

8. Mingau de curau – Previsão Máxima: 800 kg.

- a) Classificação/ Características gerais: Mingau de curau sabor leite condensado, com embalagem de sacos de poliéster laminado, hermeticamente fechados, contendo 1 Kg de produto cada, acondicionados em caixas de papelão ondulado, com capacidade de 10 kg.
- b) Apresentar amostra

9. Suco de frutas sabor (caju e goiaba) – Previsão máxima: 400 L.

- a) Classificação/ Características gerais: suco de frutas sãs e maduras, tendo como ingredientes: água e suco concentrado da fruta, conservantes permitidos por lei, embalagens de 500 ml. Prazo de validade de 6 meses e data de fabricação de 30 dias.
- b) Apresentar amostra

MASSAS DIVERSAS / MASSAS PRE- COZIDAS INDUSTRIALIZADAS

ITEM	ESPECIFICACAO	UNID	QUANT.	V. UNIT. (R\$)
01	Achocolatado em pó	Kg	01	7,35
02	Biscoito doce tipo rosquinha	Kg	01	6,73
03	Biscoito doce tipo Maria	Kg	01	6,34
04	Biscoito salgado tipo Cream Cracker	Kg	01	6,36
05	Leite em pó integral	Kg	01	18,25
06	Mingau de baunilha com flocos de cereais	Kg	01	8,43
07	Mingau de curau sabor leite condensado	Kg	01	8,42

DIVERSOS

ITEM	ESPECIFICACAO	UNID	QUANT.	V. UNIT. (R\$)
08	Açúcar tipo cristal	Kg	01	2,28
09	Suco de frutas (caju, goiaba).	Lt	01	4,52

Tamboril – Ceara 04 de Setembro de 2013.

Maria das Graças Farias Medeiros
Secretaria de Educação

ANEXO II

**(MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS A SER ELABORADA EM PAPEL
TIMBRADO DA LICITANTE)
(OU PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS)**

(Localidade), de de

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL

OBJETO: Aquisição de generos alimenticios destinados ao Programa Brasil Alfabetizado.

Prezados Senhores,

Após examinarmos cuidadosamente as condições do Edital e seus anexos, referente ao Pregão Presencial Nº 066.2013, com a qual concordamos integralmente, apresentamos aqui nossa Proposta de Preços para fornecimento do objeto acima, nas quantidades especificadas abaixo, para atender a demanda da Secretaria de Educação, estando nos preços inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos e indiretos, não importando a natureza, que recaiam sobre o objeto da licitação, devendo o fornecimento ser realizado na condição "CIF".

LOTE I - MASSAS DIVERSAS / MASSAS PRE- COZIDAS INDUSTRIALIZADAS

ITEM	ESPECIFICACAO	UNID	QUANT.	V. UNIT. (R\$)
01	Achocolatado em pó	Kg	400	
02	Biscoito doce tipo rosquinha	Kg	650	
03	Biscoito doce tipo Maria	Kg	650	
04	Biscoito salgado tipo Cream Cracker	Kg	1.200	
05	Leite em pó integral	Kg	400	
06	Mingau de baunilha com flocos de cereais	Kg	800	
07	Mingau de curau sabor leite condensado	Kg	800	

LOTE II - DIVERSOS

ITEM	ESPECIFICACAO	UNID	QUANT.	V. UNIT. (R\$)
08	Açúcar tipo cristal	Kg	400	
09	Suco de frutas (caju, goiaba).	Lt	400	

(o licitante deverá especificar acima todos os lotes para os quais tem interesse de concorrer) Importa a presente Proposta de Preços no valor total de R\$-.....
(.....)

Declaramos, outrossim, que conhecemos a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000 e posteriores alterações, e a Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93, com alterações subseqüentes, estando assim a elas obrigados em todas as suas condições e estipulações.

Declaramos que estamos em Situação Regular perante a Fazenda Estadual, a Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atendendo também as exigências do presente Edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, bem como que não possuímos, no nosso quadro funcional, menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo como aprendiz, nos termos da Lei n.º 9.854/99, regulamentada pelo Decreto n.º 4.358, de 05/09/2002.

Certificamos que se nos for adjudicado o Contrato, o mesmo far-se-á mediante às formalidades legais, no qual constará as especificações e os quantitativos totais dos produtos requisitados, estando previsto o prazo até 31.12.2013, para vigência contratual, período no qual a Contratada, mediante solicitação da Contratante efetuará entrega parceladamente dos materiais adquiridos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

Fica estabelecido o prazo de validade da presente PROPOSTA em 60 (sessenta) dias a contar da data da sessão pública de abertura das propostas de preços e dos documentos de habilitação, pelo que nos declaramos obrigados em todos os seus termos, condições e valores, durante esse período.

Atenciosamente,

(Localidade), de de

Assinatura

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TAMBORIL COM A EMPRESA _____ PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

O **MUNICÍPIO DE TAMBORIL**, com sede na ROD CE 057 - Vila Olga em Tamboril - Ce, inscrita no CNPJ sob o nº 07.705.817/0001-04, através da Secretaria de Educação neste ato representada por Maria das Graças Farias Medeiros, doravante denominado de **CONTRATANTE**, no final assinado, e do outro lado, a Empresa _____, com sede na cidade de _____, Estado do _____ à Rua/Av _____, n.º _____ - Bairro _____, inscrita no CNPJ/MF n.º _____, representada pelo Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF/MF nº _____, no final assinada, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial nº 066.2013, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os Contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O presente contrato tem por objeto aquisição de generos alimenticios destinados ao Programa Brasil Alfabetizado, junto a Sec. de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1- O presente Contrato tem como fundamento o Pregão Presencial n.º 066.2013, devidamente homologado pelo Secretario de Educação, acima citada, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da **Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão**, e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1-O valor global deste Contrato é de R\$ _____ (_____), nele estando incluídas todas as despesas e custos necessários a sua perfeita execução.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

4.1- Qualquer reajuste somente poderá ocorrer nos termos dos Art. 2º e 3º da Lei nº 10.192/2001 (que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica) respeitando a recomposição de preços nos moldes que dispõe o inciso XIV do Art.40 e inciso II, letra “d” do Art. 65 da lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1- O presente contrato tornar-se-á efetivo a partir da data de sua assinatura com termino em 31 de Dezembro de 2013, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

6.1. O prazo de entrega dos materiais objeto deste contrato é o estabelecido no item 5.1, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações;

6.2. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos a Unidade Administrativa Competente, até 05 (cinco) dias antes da data do término do prazo contratual, explicitadas as razões e devidamente fundamentadas;

6.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela contratante não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA SETIMA - DA ENTREGA DO OBJETO

7.1. A CONTRATADA obriga-se a entregar os produtos objeto desta licitação, na Sede da contratante, nos prazos estabelecidos no item 6.1 deste contrato;

7.2. A CONTRATADA deverá entregar todos os produtos de acordo com as especificações estabelecidas no ANEXO II – MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS, obrigando-se a substituir aqueles não achados conformes pela CONTRATANTE, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

8.1- A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1- Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da Nota Fiscal do objeto e fatura correspondente. As faturas deverão ser aprovadas, obrigatoriamente, pela contratante, que atestará a entrega do objeto licitado;

9.2- Caso o produto seja aprovado pela contratante, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.2- Fiscalizar e acompanhar a entrega dos materiais objeto contratual;

10.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos materiais objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

10.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pela contratante, conforme o acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1- Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Pregão Presencial nº 066.2013, neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

11.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

11.4-Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas de :

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante;

b.2) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na entrega dos produtos, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da contratante, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias;

b.4) O valor da multa referida nestas cláusulas serão descontadas “ex-officio” da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a contratante, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1- O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

13.2- Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 4º da Lei nº 10.520 e suas alterações;

14.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente;

14.3- Os recursos serão protocolados na contratante e encaminhados ao Pregoeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FONTE DE RECURSOS

15.1 - O valor global deste contrato, correrá por conta dos recursos oriundos com a seguinte dotação orçamentária nº 0401.12.368.0331.2.030 Elemento de Despesas 33.90.30.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1- Fica eleito o foro da Comarca de Tamboril, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente contrato, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

16.2- E, por estarem acertadas as partes firma o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias para que possa produzir os efeitos legais.

_____ - CE, _____ de _____ de 2013

Maria das Graças Farias Medeiros
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATANTE

Nome do Representante
Empresa
CONTRATADO

Testemunhas:

01. _____
CPF:

02. _____
CPF:



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO
(EXIGIDA PELO INCISO VII, ART. 4º DA LEI Nº 10.520/02)**

(nome da empresa), CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)

....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, tendo examinado o Edital de Pregão Presencial Nº 066.2013 e, em obediência ao disposto no inciso VII, Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, DECLARA junto ao Pregoeiro da contratante, que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação, estando com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, estando os mesmos contidos no Envelope “B” –DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, conforme especificações e exigências do edital em questão, que tem por objeto a Aquisição de generos alimenticios destinados ao Programa Brasil Alfabetizado, para atender a demanda da Secretaria de Educação.

(Localidade), de de

.....
(representante legal)



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL

**ANEXO V
(MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO)**

A empresa _____, com sede à _____, na cidade de _____, C.N.P.J. nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, CREDENCIA o(a) Sr.(a) _____, _____ (CARGO), portador(a) do R.G. nº _____ e C.P.F. nº _____, para representá-la perante a contratante, na licitação realizada sob a modalidade Pregão Presencial nº 066.2013, cujo objeto se reporta a Aquisição de generos alimenticios destinados ao Programa Brasil Alfabetizado, podendo formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases do procedimento licitatório em questão.

(Localidade), de de

NOME

R.G
CARGO